

Fonte Bonde Redação Bonde com CML - 16/05/2015 [http://www.bonde.com.br/?id\\_bonde=1-3--528-20150516](http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--528-20150516)



**Justiça Restaurativa**

Tribunal de Justiça do Paraná

### **Vítima de assalto perdoa adolescente infratora em Londrina.**

Londrina registrou nesta semana o primeiro caso de conflito resolvido por meio da chamada justiça restaurativa. A juíza da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Claudia Catafesta, contou que uma jovem de 18 anos foi assaltada em um ponto de ônibus da cidade por uma adolescente, que, na ocasião, fora convencida pelo namorado a cometer o delito. Em uma reação impensada, a vítima perseguiu e conseguiu conter a adolescente, que foi apreendida por 40 dias em um Centro de Socioeducação em Curitiba.

Ainda segundo a juíza, durante audiência esta adolescente se mostrou bastante arrependida, enquanto a vítima do assalto revelou que gostaria de vê-la ter um futuro diferente daquele oferecido pelo crime. "Mediamos então o encontro das duas e testemunhamos uma história emocionante. Ao final, elas descobriram que tinham histórias muito parecidas, embora tenham seguido diferentes caminhos: ambas foram abandonadas pelo pai na infância e são filhas de mães trabalhadoras. Tenho certeza que, com esta nova oportunidade, o futuro desta adolescente será bem diferente", relatou.

A revelação foi feita pela juíza durante reunião pública da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara de Vereadores na tarde de sexta-feira (15). O encontro discutiu sugestões e concluiu a minuta do Projeto de Lei (PL) que prevê, justamente, a criação do Programa de Pacificação Restaurativa em Londrina. Praticamente não houve alterações no texto base que ficou disponível para consulta pública no site da Câmara desde o dia 25 de abril, quando foi realizada audiência pública sobre o tema. Agora, algumas adequações serão feitas pelo Núcleo de Articulação para Implementação da Justiça Restaurativa em Londrina e, na sequência, o PL será enviado ao Executivo para tramitar nos órgãos do governo e voltar ao Legislativo para votação.

Claudia Catafesta afirmou estar muito satisfeita com a receptividade da proposta na cidade. Segundo ela, o início das discussões em torno deste modelo de justiça, baseada no diálogo e na pacificação social, aconteceu em julho do ano passado e um mês depois já foi criado o Núcleo de Articulação. "Recentemente procuramos a Câmara, por meio da vereadora Elza Correia, que recebeu muito bem a proposta e abraçou a ideia da audiência pública, com participação surpreendente de entidades e população. A repercussão foi muito boa", destacou.